



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011213-32.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Requerente: **AURELINO SILVA DAS NEVES**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor questiona faturas recebidas da ré relativas ao consumo de energia elétrica em imóvel que especificou, impugnando os critérios que levaram à sua elaboração.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES:**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não comprovou satisfatoriamente a legitimidade das faturas aludidas.

Com efeito, ela de início não atestou com a indispensável segurança que foram preenchidos todos os pressupostos para lastrear a emissão das faturas mediante leitura plurimensal, consoante noticiado a fl. 17, não se podendo olvidar que tal conduta foi refutada pela própria ré no comunicado de fl. 07 (ele dá conta de que a elaboração das faturas promanou da leitura coletada no local da instalação do medidor).

Deixou, nesse sentido, da patentear que o imóvel versado estivesse situado em área rural, bem como que informou ao autor que procederia da maneira aludida (essa exigência consta do § 1º do art. 86 da Resolução 414/10 da ANEEL, transcrito a fl. 17).

Como se não bastasse, inexistente demonstração de que foi dada ao autor a oportunidade de realizar a leitura mensal de seu medidor, a exemplo do estabelecimento de calendário prévio para a elaboração do faturamento pela média do consumo (§ 2º do preceito normativo mencionado).

Todos esses dados são importantes e não foram coligidos elementos específicos que respaldassem o preenchimento dos requisitos neles dispostos.

De outra parte, as distorções que derivaram do procedimento adotado pela ré estão bem delineadas a fl. 65, percebendo-se que a escolha do critério do consumo médio não atendeu ao conteúdo real do medidor do imóvel, o que, aliás, já ficara patenteadado desde o início do processo (fls. 08/12).

A relevância da situação posta fica ainda maior quando se vê que o imóvel estaria desocupado desde maio de 2015, não se afigurando viável por isso o custo da energia elétrica a ele concernente no patamar firmado pela ré.

O panorama traçado, aliado à ausência de outros aspectos que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da postulação vestibular.

Reconhece-se a irregularidade na confecção das faturas desde julho de 2015, de sorte que o pedido exordial merece assim prosperar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para (1) declarar a inexigibilidade dos débitos relativos às faturas do imóvel tratado nos autos a partir de agosto de 2015, (2) condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 20,87, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e (3) determinar que a ré emita novamente faturas relativas a esse imóvel desde agosto de 2015, computando para tanto o efetivo consumo de energia elétrica ocorrido nos respectivos períodos.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação prevista no item 3 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**